



Academia Militar

PROELIUM

SÉRIE VIII

N.º 11

ISSN 1645-8826

REVISTA CIENTÍFICA

PROELIUM



Academia Militar

N.º 11
2023

REVISTA CIENTÍFICA

2023



Ficha Técnica

Proprietário e Editora:	Academia Militar Rua Gomes Freire 1169-203 Lisboa Tel.: 213186900 Fax: 213186911 URL: www.academiamilitar.pt E-mail (Editor): rosado.dmp@exercito.pt
Local:	Lisboa
Ano:	2023
Periodicidade:	Semestral
Depósito Legal:	209905/04
ISSN:	1645-8826

Paginação, Impressão,

Acabamentos e Capa:	Unidade de Apoio do Comando da Logística Centro de Audiovisuais do Exército
Tiragem:	300

A Revista Proelium está indexada à LATINDEX e acessível no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) em: <http://revistas.rcaap.pt/proelium>

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida por qualquer processo eletrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópias, xerocópias ou gravação, sem autorização prévia da Academia Militar.

Órgãos da Proelium

Diretor: Major-General João Carlos Cabral de Almeida Loureiro Magalhães

Editor: Tenente-Coronel (Doutor) David Pascoal Rosado

Editores-adjuntos: Professor Doutor Manuel António Coelho do Carmo
Tenente-Coronel (Doutora) Helga Santa Comba Lopes
Major Humberto Miguel Rodrigues Gouveia

Conselho Editorial: Major-General (Doutor) João Jorge Botelho Vieira Borges
Professor Doutor Carlos Alberto Silva Melo Santos, Universidade dos Açores
Professor Doutor Pedro Telhado Pereira, Universidade da Madeira
Professor Doutor Henrique Manuel Dinis Santos, Universidade do Minho
Professor Doutor João Joanaz de Melo, Universidade Nova de Lisboa
Professora Doutora Maria Manuela M. S. Sarmento Coelho, Academia Militar
Professor Doutor Vítor Manuel S. da Silva Ferreira, Universidade Técnica de Lisboa
Coronel (Doutor) Carlos Manuel Mendes Dias, Exército
Tenente-Coronel (Doutor) José Carlos Dias Rouco, Academia Militar

Conselho Consultivo Nacional: Major-General (Doutor) Jorge Filipe Corte-Real Andrade, Instituto Universitário Militar
Brigadeiro-General (Doutor) Paulo Fernando Viegas Nunes, Academia Militar
Professor Doutor Diamantino Freitas Gomes Durão, Universidade Lusíada
Professor Doutor António José Barreiros Telo, Academia Militar
Professor Doutor José Fontes, Academia Militar
Professor Doutor Mário Lino Barata Raposo, Universidade da Beira Interior
Professor Doutor António Fernando Boletto Rosado, Universidade Técnica de Lisboa
Professor Doutor Carlos José Bernardo da Silva Barracho, Universidade Lusíada
Professor Doutor João Torres de Quinhones Levy, Universidade Técnica de Lisboa
Professora Doutora Lúcia Maria Portela Lima Rodrigues, Universidade do Minho
Professor Doutor João Paulo de Freitas Sousa, Academia Militar
Professora Doutora Ana Maria Carapelho Romão, Academia Militar
Professora Doutora Paula Manuela dos Santos L. R. Figueiredo, Academia Militar
Professor Doutor António Joaquim dos Santos Serralheiro, Academia Militar
Professor Doutor Fernando José Gautier Luso Soares, Academia Militar
Professor Doutor César Rodrigo Fernández, Academia Militar
Professor Doutor Jorge da Silva Macaísta Malheiros, Universidade de Lisboa
Professora Doutora Maria da Saudade Baltazar, Universidade de Évora
Professora Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão, Universidade Técnica de Lisboa
Professor Doutor Thomas Peter Gasche, Academia Militar
Professora Doutora Fernanda M. D. Nogueira, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Professora Doutora Sofia de Freitas e Menezes, Academia Militar
Professora Doutora Maria Francisca Saraiva, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Coronel (Doutor) João Pedro da Cruz Fernandes Thomaz, Academia Militar
Coronel (Doutor) João Paulo Nunes Vicente, Instituto Universitário Militar
Coronel GNR (Doutor) Nuno Miguel Parreira da Silva, Academia Militar
Tenente-Coronel (Doutor) Francisco Miguel Proença Garcia, Universidade Católica Portuguesa
Tenente-Coronel (Doutor) Jorge Manuel Dias Sequeira, Exército
Tenente-Coronel (Doutor) Pedro Marcelino Marquês de Sousa, Academia Militar

Conselho Consultivo Internacional: Professor Doutor Sven Biscop, Egmont Institute (Bélgica)
Professor Doutor Hermano Perrelli de Moura, Universidade Federal de Pernambuco (Brasil)
Professora Doutora Marta Lucía Oviedo Franco, Universidade Militar (Colômbia)
Professora Doutora María Jesús Hernández Ortiz, Universidade de Jaén (Espanha)
Professora Doutora Ana María Lucía Casademunt, Universidade de Loyola Andaluza (Espanha)
Professor Doutor José Luís R. de Alba Robledo, Universidade de Málaga (Espanha)
Professor Doutor Gary N. McLean, University of Minnesota (EUA)
Professor Doutor Michael F. Cassidy, Marymount University (EUA)
Professora Doutora Patrícia M. Salgado, Universidade Autónoma do Estado do México (México)
Colonel János Besenyő, PhD, Hungarian Defence Forces (Hungria)

O PAPEL DO GENERAL RAMALHO EANES NA CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA PORTUGUESA

Vinícius Barbosa Albernaz, Doutorando em Ciência Política pela Universidade de Aveiro-UA em associação com a Universidade da Beira Interior-UBI, Portugal, vinicius.albernaz@ubi.pt

Bruno Ferreira Costa, Professor Auxiliar Departamento de Comunicação, Filosofia e Política, Universidade da Beira Interior-UBI, Portugal, bdfc@ubi.pt

ABSTRACT

This article focuses on discussing and analyzing the contribution of General Ramalho Eanes to the consolidation of democracy in Portugal, bearing in mind the post-April revolution period and his mandates as president of the republic. The analysis is based on the use of a thorough bibliographic review, in a study with a descriptive and qualitative dimension, a fact justified by the theme and the research objectives. The material collected is based on the political trajectory of Ramalho Eanes, and the period under study was marked by political, economic and social instability, which deserves a careful analysis taking into account the influence of the context in the decision-making process. The results presented reveal that General Ramalho Eanes played a fundamental role in the stabilization and consolidation of the regime, being a fundamental actor in the negotiation process between the military, political parties and social forces that emerged from the April revolution.

Keywords: Ramalho Eanes; democratic consolidation; democracy; Portugal

RESUMO

O presente artigo centra-se em discutir e analisar o contributo do General Ramalho Eanes para a consolidação da democracia em Portugal, tendo presente o período pós-revolução de abril e os seus mandatos como presidente da república. A análise assenta no recurso a uma profunda revisão bibliográfica, num estudo com uma dimensão descritiva e qualitativa, facto justificado pela temática e pelos objetivos da investigação. O material recolhido tem por base a trajetória política de Ramalho Eanes, sendo que o período em estudo foi marcado por instabilidade política, económica e social, o que merece uma cuidada análise tendo em conta a influência do contexto no processo de tomada de decisão. Os resultados apresentados revelam que o general Ramalho Eanes desempenhou um papel fundamental na estabilização e consolidação do regime, sendo ator fundamental no processo negocial entre militares, partidos políticos e forças sociais que emergiram da revolução de abril.

Palavras-chave: Ramalho Eanes; consolidação democrática; democracia; Portugal

1. INTRODUÇÃO

A construção das sociedades resulta de processos complexos, uma simbiose entre equilíbrios e desequilíbrios, de embates e tensões sociais, entre processos legais e validados pela estrutura jurídica com processos ilegais e não reconhecidos pela estrutura jurídica, entre ordem e desordem. Este caminho é fruto de uma sucessão de eventos analisados numa dimensão histórica-cronológica, permitindo a identificação de uma matriz/narrativa fundacional, fundamental para compreender as balizas de funcionamento do sistema político.

A sociedade portuguesa atravessou por um desses momentos a 25 de abril de 1974, consubstanciando a revolução democrática o início da terceira vaga de democratização e um marco histórico para a transformação da sociedade portuguesa

(Huntington, 1993). O processo de instauração de um regime democrático, culminando com o período de 48 anos de ditadura, representa um objeto de estudo fundamental na ciência política, tanto pelas características da referida revolução, como pelo impacto da mesma no sistema político nacional, na transformação da sociedade e na alteração do posicionamento de Portugal no contexto internacional.

Nesse sentido, o papel de determinados atores políticos torna-se essencial para compreender a abrangência deste período, pelo que o papel histórico e o contributo de Ramalho Eanes correspondem a um desses desafios – trilhar a revisão histórica da implementação e consolidação do regime democrático português. Num conturbado contexto sociopolítico de revoltas, conspirações e revoluções em Portugal e que tem sido amplamente estudado sob diversos prismas, importa compreender a ação de determinados atores políticos, pelo que a presente investigação visa dar resposta à seguinte questão: qual o papel desempenhado por Ramalho Eanes no processo de consolidação democrática do regime português?

A opção por uma questão de investigação aberta justifica-se por duas ordens de razões: trilhar um caminho de sistemática revisão de literatura, procurando encontrar padrões e regularidades distintivas da caracterização do papel de Ramalho Eanes neste processo e “libertar” a investigação de um modelo fechado em torno da confirmação ou infirmação de um reduzido número de hipóteses de investigação.

Através desta opção, centramos a investigação num objetivo central: compreender e analisar o papel do General Ramalho Eanes o processo de consolidação da democracia portuguesa, tendo presente o período entre 1976 e 1986 (no qual exerceu os dois mandatos como presidente da República). Em termos específicos a investigação visa contribuir para apresentar, de forma sistemática, os acontecimentos e as ações que contribuíram para a afirmação da legitimidade eleitoral/partidária sob a legitimidade

revolucionário, consubstanciando esse mecanismo um dos mais relevantes para a democratização do regime (Cruz, 2017).

De modo a operacionalizar a presente investigação, o artigo encontra-se estruturado em três eixos temáticos fundamentais, a saber: i) descrição da vida civil, carreira militar e mandato presidencial de Ramalho Eanes; ii) descrever e analisar o papel de Ramalho Eanes no período de transição democrática, estabelecido entre 1976 e 1982 (período balizado pela adoção da Constituição da República Portuguesa e pela 1ª revisão constitucional) (Barroso 1987); iii) análise do papel de Ramalho Eanes no 25 de novembro de 1975, em virtude da relevância dessa ação para a configuração do sistema político português.

Importa referir que não se pretende com esta análise efetuar qualquer revisionismo histórico, nem enveredar por um caminho assente na mera descrição biográfica do 1º presidente da República democraticamente eleito, mas antes evidenciar a relação entre as suas opções e ações políticas e o caminho de afirmação da democracia em Portugal. Ao nível da opção metodológica, opta-se por recorrer a uma revisão de literatura sistemática, opção que se justifica pela adequação e tradição da sua aplicação em estudos e temáticas similares. Nesse sentido, partido da nossa questão de partida, pretende-se atribuir um cunho lógico à densa literatura existente sobre a temática, sendo que neste campo integramos 5 conceitos-chave: democratização; Ramalho Eanes; legitimidade revolucionária; legitimidade eleitoral; semipresidencialismo. Não se trata de criar teorias ou produzir novos conhecimentos, mas antes apresentar, com o recurso a fontes primárias, as principais notas relativas ao papel de Ramalho Eanes na democratização do regime.

Para o efeito, optou-se pelo recurso às seguintes bases de dados: biblioteca do conhecimento online¹ (b-on) e repositórios científicos de acesso aberto de Portugal-

¹ Disponível em: <https://www.b-on.pt/>; acesso em 20 de março de 2022.

RCAAP¹ (língua portuguesa e língua inglesa), incluindo o seguinte tipo de outputs científicos (livros, capítulos de livros, artigos científicos; monografias; legislação e discursos oficiais). O protocolo da presente revisão da literatura seguiu três passos: seleção das bases de dados; pesquisa com base nos cinco conceitos acima mencionados; sistematização e compilação das principais conclusões dos referidos estudos/documentos. Para esta fase final optou-se por recorrer à metanálise, técnica utilizada para sistematizar os dados recolhidos sobre uma determinada temática (processo de agrupamento e padronização dos dados, de forma a os tornar perceptíveis na leitura científica) (Graham & Sandmel, 2011). A diversidade bibliográfica existente corresponde a um dos principais desafios da presente investigação, uma vez que o prisma de análise é bastante diverso, com leituras políticas, sociais, económicas, culturais e militares sobre o impacto do período revolucionário na sociedade portuguesa.

Neste processo, deparamo-nos com abordagens que incidem sobre os discursos presidenciais de Ramalho Eanes (vertente mais institucionalista); a documentação arquivística do seu mandato; estudos sobre a sua personalidade e o carisma; estudos sobre a trajetória militar e política, num caminho que evidencia uma personalização acentuada da análise deste período histórico, ou seja, o recurso à análise do papel de atores políticos e militares que se destacaram na modelação do novo regime político português.

Importa referir que no âmbito da pesquisa efetuada e tendo por base esta personalização dos eventos políticos, regista-se um significativo volume de produção científica centrada na figura de Ramalho Eanes, tanto no âmbito de textos científicos de mestrado e doutoramento como no âmbito da produção científica em

¹ Disponível em: <https://www.rcaap.pt/>; acesso em 20 de março de 2022.

revistas/jornais com processo de revisão por pares (*peer-reviewed journal*) e em obras literárias (com cunho histórico e político).

Reconhecemos que o processo de investigação é sempre efetuado tendo por base um conjunto de opções metodológicas e de compreensão e entendimento da temática, no entanto, as balizas do estudo encontram-se perfeitamente delimitadas, contribuindo para aprofundar o conhecimento sobre este período da democracia portuguesa e lançando as bases para futuros estudos sobre a relação entre os atores institucionais e os outputs sistemáticos, nomeadamente sobre a formulação político-institucional da realidade portuguesa.

2. ANTÓNIO RAMALHO EANES: ORIGENS E TRAJETÓRIA

António Ramalho Eanes nasceu a 25 de janeiro de 1935, sendo natural da freguesia de Alcains, localizada no distrito de Castelo Branco, tendo vivido durante um longo período da sua vida na Beira Interior. A sua infância é similar a milhares de portugueses na época, sendo filho de uma família humilde: o pai (Manuel dos Santos) era empreiteiro na construção civil, enquanto a Mãe (Maria do Rosário Ramalho) era dona de casa (Pinto, 2014).

Numa primeira fase residiu em Alcains, tendo depois passado a residir na capital de distrito, onde frequentou a instrução primária e o liceu, embora tenha tido alguns problemas no percurso escolar, em virtude de ter reprovado um ano. Face a esta situação, o pai passou a exigir-lhe uma postura de seriedade, honra e compromisso, valores que foram fundamentais para nortear a futura carreira militar e percurso político. Importa notar que “é preciso contextualizar essa atitude um pouco drástica, estudar era um privilégio incompatível com comportamentos de adolescentes cábulas” (Quidnovi 2009, pp. 8-9).

Este episódio foi determinante para o decurso do percurso escolar, sendo que Ramalho Eanes viria a terminar o 7º ano do liceu com média de 16 valores, assegurando desde então a presença no quadro de honra. De acordo com Pinto (2014, 30) “este facto que influenciou profundamente Eanes, demonstra uma enorme contenção e sabedoria de vida por parte do pai Manuel”.

Ao longo do tempo é perceptível constatar o significado deste período na sua carreira no exército. O percurso militar de Ramalho Eanes inicia-se em outubro de 1953 com a sua incorporação como cadete na Escola do Exército, sendo que a sua personalidade, a prática militar, os valores e as motivações associadas a servir a pátria, transformariam a sua perceção sobre a “causa pública”. Nesse sentido, Pinto (2014) destaca que a forma como os valores são transmitidos representa um importante alicerce na formação dos indivíduos, sendo que a sintonia dos agentes de socialização (primários e secundários) constitui uma base para estruturar o processo formativo do indivíduo. No que diz respeito a Ramalho Eanes “o Exército terá contribuído fortemente para a formação e solidificação do seu carácter e da sua personalidade” (Pinto 2014, 32).

No decurso da sua carreira militar Ramalho Eanes foi sendo promovido de forma regular: ascendeu a alferes em 1957, a tenente de infantaria em 1959, tendo neste período atuado como instrutor de vários cursos, estágios e tirocínios. Posteriormente foi promovido a capitão (1961), precisamente no ano de início da guerra do ultramar, sendo que em 1966 atuou como oficial de informações e operações. A promoção a tenente-coronel ocorre no final de 1974, já em plena vigência do regime democrático. Ao longo do seu percurso militar prestou serviços nas seguintes missões do exército: Índia (1958-1960); Macau (1962-1963); Moçambique (1964 e depois de 1966 a 1968) e na Guiné-Bissau (1971).

Estas missões conduziram ao rápido reconhecimento no seio das forças armadas, bem como no seio da classe política, tendo recebido diversos louvores e condecorações por serviços prestados à nação portuguesa ao longo desses anos (Quidinovi, 2009; Pinto 2014). Este unanimismo em torno das qualidades e do percurso de Ramalho Eanes viria a ser fundamental para a gestão de “nomes” no seio do 25 de abril, nomeadamente no momento em que foi necessário apoiar uma figura de consenso nas primeiras eleições presidenciais (1976).

No entanto, o regime vivia um período conturbado em virtude das perdas humanas e financeiras derivadas da guerra do ultramar, existindo um sentimento de insatisfação crescente por parte dos Oficiais das Forças Armadas Portuguesas quanto à gestão da guerra por parte do regime de Oliveira Salazar e Marcello Caetano. Tornava-se cada vez mais evidente que a solução para a guerra colonial no continente africano teria de ser alcançada através da via negocial/diplomática (Santos, Cruzeiro & Coimbra, 1997), pelo que crescia o sentimento de que a manutenção do conflito armado apenas produziria um maior volume de perdas de vidas humanas e desvalorização das forças armadas.

O Movimento das Forças Armadas (MFA) surgiu entre os postos mais baixos do corpo de oficiais, tendo o movimento surgido como resposta a um conjunto de situações e decisões políticas que consideravam colocar em causa a carreira e as exigências profissionais por parte destes oficiais. De facto, era visível uma insatisfação crescente face ao estatuto militar em vigor, bem como face às ações registadas na gestão da guerra colonial (Maxwell, 1999).

Segundo Quidnovi (2009) Eanes participou nas reuniões preparatórias do Movimento dos Capitães, tendo vindo a subscrever o abaixo-assinado contra o Congresso dos Combatentes do Ultramar, acabando por contribuir para a criação do MFA. Este é

considerado um dos momentos determinantes para o desencadear de todo o processo conducente à revolução dos capitais de abril (Pinto, 2014).

A implementação de um regime democrático é, sempre, um dos períodos mais marcantes da história dos povos, sendo que após mais de quatro décadas de ditadura, se verificava a necessidade de abertura da sociedade, bem como promoção de um conjunto de valores já disseminados pelo continente europeu. Portugal e Espanha “resistiam” na Europa Ocidental à democratização dos respetivos regimes, no entanto, a concretização do golpe militar de 25 de abril de 1974 viria a permitir uma mudança significativa no regime português.

O 25 de abril de 1974 é um dos factos/fenómenos políticos mais estudados em Portugal, tanto no âmbito da história, da ciência política, da sociologia, como de demais ciências auxiliares para compreender as dinâmicas políticas e sociais de um povo. A forma como a revolução foi percebida resulta, igualmente, das múltiplas interpretações possíveis. De facto, Pereira (2004) afirma que: “as interpretações variam: golpe de estado, revolução, golpe de estado seguido de uma revolução, etc. Mas uma coisa é incontrovertida: no dia 25 de abril começou a nascer uma democracia e ela apenas foi possível pelo que aconteceu nesse dia. O que aconteceu em 25 de Abril com a ação do MFA foi de facto o “dia lustral”. O dia do começo. Mas, a partir desse dia, o nascimento de uma democracia fez-se na sociedade e com a sociedade, os portugueses. Como se passa em todas as democracias, foi um processo essencialmente civil, e numa democracia que nasceu de uma ação militar, foram os civis que se revelaram fundamentais para a sua construção” (Pereira 2014, p. 9).

Acontece que, tratando-se da história recente do nascimento da democracia portuguesa, é natural que cada vez menos apareçam nas suas imagens militares e cada vez haja mais civis (Pereira, 2014). Este processo resulta da “vitória” da legitimidade eleitoral/partidária sobre a legitimidade revolucionária, tanto pelo papel dos partidos

políticos no pós-25 de abril, como pelas alterações constitucionais em 1982. Entretanto, num período conjuntural com diversas circunstâncias em curso, de golpes e contragolpes, resistências e reações, violências e tolerâncias faz-se necessário reconhecer o papel de um desses “protagonistas”, Ramalho Eanes, nesta intensa travessia democrática contemporânea.

Um dos aspetos centrais no estudo dos factos/fenómenos políticos prende-se com a personalização dos eventos, com a autoria das ações, com o papel que os atores políticos desempenham no decurso dos fenómenos estudados, pelo que este caminho não visa criar a “figura” de “pai da democracia”, mas sim dar um contributo para compreender as dinâmicas de intervenção que culminaram na estabilização do regime democrático português.

3. RAMALHO EANES E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM PORTUGAL

O período pós-revolucionário ficou marcado por mudanças significativas, tanto do ponto de vista da organização interna das organizações políticas, como do ambiente social que se vivia. De facto, no ano de 1975 as movimentações políticas e militares espelhavam o confronto direito entre as diversas forças que disputavam o poder político e o aumento da esfera da influência no contexto social. Assistia-se a movimentos de radicalização em oposição a movimentos que visavam a transição progressiva para a democracia, sendo que os dois primeiros presidentes da república no pós-25 de abril, António de Spínola (1910-1996) e Francisco da Costa Gomes (1914-2001) foram propostos pelo Movimento das Forças Armadas e não eleitos, o que correspondia a uma lacuna do processo de transição para a democracia plena, mas correspondia, igualmente, a um caminho de reconhecimento do papel dos militares na revolução.

Durante esse período, principalmente durante o ano de 1975, registou-se o falhanço de um golpe delineado/promovido pelo ex-presidente Spínola, sendo que o caminho era de institucionalização progressiva da influência dos militares na vida política, tanto pela criação do Conselho da Revolução (CR), como pela apresentação de um programa do MFA e a realização de um pacto entre o MFA e os partidos para a ordem de trabalhos da Assembleia Constituinte (Castaño, 2018).

Em março de 1975, assumiu a presidência do recém-criado Conselho da Revolução, o General Francisco da Costa Gomes, assinando a plataforma de Acordo Constitucional entre o MFA e os partidos políticos (11 de abril), sendo que as primeiras eleições após a revolução seriam realizadas a 25 de abril de 1975 (eleições para a Assembleia Constituinte), dando início a um dos mais agitados momentos da transição democrática (Brito, 2010).

Entretanto, o MFA apresentava vários movimentos e fações dissidentes, com militares de alas radicais da extrema-esquerda ligadas ao Partido Comunista Português (PCP), os moderados e outras forças políticas que se consideravam a direita do PCP (Frain, 1998). É nesse contexto, que através de uma estratégia defensiva e cautelosa o Tenente-Coronel Ramalho Eanes liderou, no Quartel dos Comandos na Amadora, uma aliança anticomunista do sector operacional dos moderados conduzindo as operações militares que resistiram a tentativa de golpe de estado a 25 de novembro de 1975 realizada pelas forças de extrema-esquerda (Maxwell, 1999).

Este episódio catapultou Ramalho Eanes para a vida política nacional e a sociedade portuguesa aprendeu o seu nome nos dias seguintes do 25 de novembro com seu perfil inconfundível camuflado, cara fechada, óculos escuros, sorriso forçado transmitido nos ecrãs das televisões (Quidnovi, 2009). Provavelmente, a sua maior vitória foi ter evitado o golpe de 25 de novembro, sem haver derramamento de sangue, sem baixas, uma vez que nesta altura se registava um considerável número de cidadãos/militares

armados, no entanto, registou-se uma passagem ordeira e pacífica do poder (Ramos, 2017).

No rescaldo do pós-25 de novembro registaram-se grandes alterações nas chefias militares e no Conselho da Revolução, tendo Ramalho Eanes sido nomeado Chefe do Estado Maior do Exército interino - (CEME) para estabelecer o diálogo entre as diversas correntes opostas e diferentes do seio militar. Teve também as seguintes missões: 1- dissuasão das lutas partidárias dentro do âmbito militar suprimindo os oportunistas militares feitos políticos partidários, e 2- servir de garantia na continuidade do processo político que os órgãos superiores de soberania tem que decidir (Castaño, 2018).

Para Lobo, Pinto e Magalhães (2016): “após o contragolpe de novembro que neutralizou os militares radicais de esquerda, um novo acordo entre as partes e os militares seguiu a forma do "segundo pacto". Isto incluiu a eleição direta do presidente da República por sufrágio universal, mas sob condições rigorosas impostas pelas forças armadas moderadas e hierárquicas que agora tinham tomado o controle das rédeas do poder. Entre essas condições estava a imposição de uma cláusula militar implícita por meio da qual os principais partidos, o PS de centro-esquerda e o Partido Social Democrata (PSD) endossariam um determinado candidato nas próximas eleições presidenciais, um selecionado pelo Conselho militar da Revolução (Lobo, Pinto & Magalhães” 2016, p. 167).

De acordo com Ramos (2017) nos meses seguintes, Eanes conduziu o desaparelhamento do militarismo político do Processo Revolucionário em Curso (PREC) fazendo com que se desaparece o exército das bravatas, das moções, dos plenários e dos discursos inflamados. Portanto, Ramalho Eanes teve um papel fundamental para “libertar” o país do ambiente vivido no “verão quente de 1975”, realizando as missões ao qual se comprometeu, satisfazendo os fatores que levariam

ao princípio dos requisitos para a reconstrução de um estado de direito e para uma verdadeira evolução democrática em Portugal. Estavam criadas as condições para assegurar o respeito e reconhecimento do papel dos militares, mas ao mesmo tempo reconhecer a necessidade de intervenção dos partidos políticos como legítimos interlocutores da vontade expressa do eleitorado.

Em seguida, naturalmente o seu nome foi equacionado para uma candidatura presidencial em 1976, pois Eanes reunia pontos fortes como o facto de reunir o apoio consensual dos operacionais do 25 de Novembro, maior consenso entre as várias sensibilidades existentes nas Forças Armadas, o respeito do denominado “Grupo dos Nove”, do apoio externo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), dos Estados Unidos da América (EUA), e principalmente o apoio dos maiores partidos políticos nacionais (Partido Socialista, Partido Social Democrático e Centro Democrático Social).

As eleições foram realizadas no dia 27 de junho de 1976, tendo Ramalho Eanes sido eleito à primeira volta com 61,6% dos votos, numa corrida eleitoral que contou com Otelo Saraiva de Carvalho (16,5%), Pinheiro de Azevedo (14,4%) e Octávio Pato (7,6%)¹. Consumava-se, deste modo, a vitória eleitoral do operacional do 25 de novembro sobre os estrategos do 25 de abril num passo decisivo para a legitimação eleitoral de todos os cargos políticos (Castaño, 2018).

4. PRESIDENTE EANES: O PRESIDENTE DO 25 DE NOVEMBRO

No ano de 1976, Ramalho Eanes foi eleito Presidente da República, acumulando também os cargos de presidente do Conselho da Revolução e o de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Para Ramos (2017, 8) Eanes “era o Presidente

¹ Os dados eleitorais podem ser consultados em www.cne.pt. Consultado a 20 de março de 2022.

que impedia a reconstituição do MFA, mas também o Presidente que mantinha a relevância do Conselho da Revolução como verdadeiro tribunal constitucional”.

De acordo com Castaño (2016) o pós-25 de novembro resultou nos seguintes aspetos como: “O período revolucionário acabou, mas agora começou outra fase: a consolidação democrática. A Constituição, aprovada no início de abril de 1976, cumprindo o acordado entre os partidos políticos e os militares responsáveis pela queda do antigo regime, estabeleceu a existência de um órgão soberano, o Conselho da Revolução, que além de funcionar como conselho presidencial, deve assegurar o cumprimento da Constituição e a fidelidade ao espírito da revolução portuguesa. O Conselho também detinha competência exclusiva para legislar sobre a organização, funcionamento e disciplina das Forças Armadas, e tinha o direito de aprovar tratados ou acordos internacionais que envolviam assuntos militares. Resumindo, o CR foi o único órgão político e legislativo em matéria militar” (Castaño, 2016, p. 3 (Tradução do autor)).

Após ter tomado posse como Presidente da República, Ramalho Eanes chamou Mário Soares a formar o I Governo Constitucional, decisão que teve por base os resultados eleitorais das eleições legislativas de 1976, vencidas pelo Partido Socialista. No discurso de tomada de posse, no dia 23 de julho de 1976, o então Primeiro-Ministro Mário Soares citou Ramalho Eanes dizendo que: “era o símbolo do espírito do 25 de Abril, restituído à sua pureza inicial em 25 de Novembro” (Castaño, 2018, P. 95).

O conjunto de eleições realizadas em 1976 (presidenciais, legislativas, autárquicas e legislativas regionais), permitiu que a sociedade portuguesa desse os passos decisivos para a democratização do regime e para a afirmação da “soberania do povo”, através da implementação de uma democracia representativa. Neste período, o papel de Ramalho Eanes foi decisivo para a institucionalização e reconhecimento das instituições democráticas, tanto do ponto de vista nacional, como do ponto de vista

internacional, com o reconhecimento externo da admissão de Portugal ao grupo de democracias europeias (Santo, 2006). Entretanto, em 1976 e 1982, Portugal viveu momentos conturbados na sua recém democracia com crises económicas e financeiras, tendo se registado, inclusivamente, duas intervenções do Fundo Monetário Internacional-FMI (1977 e 1983), sinal da debilidade económica do país, com o registo de elevadas taxas de desemprego e uma inflação crescente (Amaral, Silva & Simpson, 2020).

O papel do Presidente da República era determinante no sentido de equilibrar o sistema político, embora estas intervenções fossem analisadas com desconfiança por parte dos líderes dos principais partidos políticos (Mário Soares e Francisco Sá Carneiro).

Todavia, era perceptível que existia uma tutela presidencialista e militar de Ramalho Eanes sobre os principais partidos e sobre o próprio Governo, que logo em seguida demitiu o primeiro-ministro Mário Soares, sendo que durante o primeiro mandato de Ramalho Eanes se registou um total de 6 executivos, num sinal de profunda instabilidade política. Desses 6 governos, 3 foram de iniciativa presidencial: Alfredo Nobre da Costa (1978), Mota Pinto (1978) e Maria de Lourdes Pintasilgo (1979) (Quidnovi 2009, pp. 22-23).

Esta dificuldade de assegurar a separação de poderes conduziu ao aumento das críticas à atuação de Ramalho Eanes, sendo que Francisco Sá Carneiro viria a liderar uma coligação de centro-direita (Aliança Democrática), tendo em vista conquistar e exercer o poder executivo e apresentar uma alternativa ao cargo de presidente da República, com a candidatura de Soares Carneiro nas eleições de 1980. O caminho proposto pela Aliança Democrática visava defender a emergência de um sistema político, económico, liberal e democrático em Portugal, numa alternativa coerente aos governos anteriores do Partido Socialista (Frain, 1998).

O constante embate político em Portugal, perpassa claramente por uma luta de “titãs” tripartite, onde os militares, o Presidente Ramalho Eanes e os partidos políticos disputavam entre si a hegemonia política. Os embates Eanes-Soares e Eanes-Sá Carneiro são os embates entre uma democracia tutelada pelos militares e uma democracia civil que buscava alcançar seu protagonismo político de modo a subordinar o poder militar ao poder civil democrático (Castaño, 2018).

Nas eleições presidenciais de 1980, Ramalho Eanes candidato à reeleição tinha como manifesto eleitoral “a democracia ao serviço de Portugal” com o objetivo da defesa e evolução do regime democrático, numa democracia pluralista. No dia 7 de dezembro de 1980, Ramalho Eanes foi reeleito com 56,4% à primeira volta, seguido de Soares Carneiro, com 40,2% e Otelo Saraiva de Carvalho 1,5%. A vitória de Eanes significou que seu mandato dava as garantias necessárias para o processo de revisão constitucional que se faria de acordo com as regras estipuladas na Constituição de 1976, reunindo as condições para proceder a completa subordinação do poder militar ao poder civil (Castaño, 2018, 376).

De acordo com Maxwell (1999, 190), o general Ramalho Eanes representava uma maioria de centro-direita em 1976 (oposição de candidatos comunistas e da esquerda populista), enquanto na reeleição (1980) era o candidato do centro-esquerda e teve como adversário um candidato unitário de centro-direita. Ou seja, o contexto político e social de cada eleição foi determinante para o quadro de apoios existente, sendo que após a reeleição se registou um caminho de afirmação da vontade político-partidária para reduziu o papel do Presidente da República e atenuar as influências militares no quadro político nacional. A 12 de agosto de 1982 registou-se uma plataforma de consenso entre o PS e o PSD de modo a avançar com uma revisão constitucional que alcançasse a limitação dos poderes do Presidente, num processo que contou, igualmente, com um conjunto de emendas nas áreas políticas e económicas.

A revisão constitucional extinguiu o Conselho da Revolução, diminuiu o poder do Presidente e implicou uma nova Lei de Defesa Nacional que fortaleceu a autoridade do Governo sobre as Forças Armadas (Maxwell, 1999)., num caminho que marcaria a verdadeira consolidação democrática em Portugal (Barroso, 1987).

Descontente com o rumo institucional escolhido em 1982, Eanes patrocinou a partir de Belém, a criação de um novo partido – o Partido Renovador Democrático (PRD) em 1985 – partido “do presidente” que era formado por homens bons das vilas e pequenas cidades do País que aspiravam a entrar na política pela porta da ética e dos bons princípios (Frain, 1998). Entretanto, o “eanismo” personificado no PRD tinha como características uma ambiguidade teórica e faltava-lhe uma clara orientação política ideológica. Tal situação não impediu o forte crescimento do partido, que alcançaria o seu melhor resultado nas eleições legislativas de 1985 (17,92% e um total de 45 deputados).

Para Frain (1998) a atuação de Eanes no contexto político-institucional da democracia portuguesa pode ser descrita e analisada em diferentes fases: “o eanismo, a primeira foi dominante no primeiro mandato (1976-1980) refere-se ao projecto do Presidente de representar os interesses da instituição militar, subordinando-lhes os partidos políticos e o Parlamento; a outra característica, mais evidente no segundo mandato de Eanes (1980-1985), foi a apresentação de um projeto pessoal, no qual defendia um conjunto de valores éticos que punham em causa o modo tradicional de fazer política pelos partidos e pelos seus líderes” (Frain, 1998, pp. 100-101).

Em 1985, o PRD liderado por Hermínio Martinho, apresentava um objetivo claro: devolver ao Presidente Ramalho Eanes o protagonismo do centro do regime, tendo ocupado no espectro político parlamentar um espaço na ala centro-esquerda. Entretanto, a eleição de Mário Soares para Presidente em 1986 representou um duro golpe no PRD e nas pretensões de Eanes de transformar o PRD no partido charneira

e líder da esquerda. Entretanto, em 1987, o PRD viria a ser fortemente penalizado nas urnas pela moção de censura apresentada ao governo liderado por Cavaco Silva, tendo obtido nas eleições legislativas desse ano 4,91% dos votos (7 deputados). Os resultados das eleições de 1987 teriam contribuído para o fim sociológico e político do eanismo, num caminho que viria a permitir um “apaziguamento” da história com a figura de Ramalho Eanes, uma vez que não se prolongou a luta partidária desencadeada pelo PRD (Frain, 1999).

5. CONCLUSÕES

O contributo presente centrou-se na análise do papel do General Ramalho Eanes na consolidação da democracia portuguesa no período que se seguiu à revolução de abril de 1974. Portugal regista uma democracia consolidada à luz das diversas classificações internacionais, sendo que os primeiros anos de democracia foram determinantes para o estabelecimento das balizas de ação dos atores políticos e dos militares e para o desenho institucional que emergiu da Constituição da República Portugal e da primeira revisão constitucional (1982).

A opção pelo estudo de âmbito qualitativo e assente na revisão bibliográfica sobre o percurso e as ações de Ramalho Eanes tem por base a necessidade de contribuir para o estudo de um período vital para a afirmação e consolidação da democracia portuguesa. O estudo efetuado permite-nos verificar a importância de Ramalho Eanes nas diversas etapas de afirmação do novo regime, tanto no período prévio à revolução, como na prossecução da formulação do arquétipo institucional pós-25 de abril de 1974.

A análise das principais obras que incidem sobre o percurso de Ramalho Eanes remete para um papel cimeiro de Eanes na construção e consolidação do conceito de democracia (Santos, 2018). Esta perspetiva deriva da clareza e das propostas

defendidas por Ramalho Eanes, sendo perceptível pelos discursos oficiais a defesa clara de um caminho de emancipação da sociedade portuguesa e de fortalecimento das instituições democráticas.

A capacidade de diálogo e estabelecimento de pontes entre militares, civis e dirigentes partidários constituíram características fundamentais para a estabilidade da sociedade portuguesa e para o reconhecimento das tarefas adstritas associadas a cada órgão de soberania.

Ramalho Eanes era visto com um “político charneira”, sendo uma figura incontornável no processo/pacto de consolidação da democracia portuguesa, pois representou o compromisso das Forças Armadas nesta transição democrática e soube como ninguém continuar os equilíbrios políticos atingidos depois do 25 de Novembro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, L., Silva, A.F. & Simpson, D. (2020). A Long International Monetary Fund Intervention: Portugal 1975-1979 (June 22, 2020). *FEUNL Working Paper Series* No. 635, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3633361orhttp://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3633361>.
- Barroso, J.D. (1987). O processo de democratização em Portugal: uma tentativa de interpretação a partir de uma perspetiva sistémica, *Análise Social*, Vol. 23 (95), pp. 15-36.
- Brito, C. M. do A. C. de. (2010). *O sistema de informação da Presidência da República Portuguesa: a documentação dos mandatos do Presidente Ramalho Eanes, 1976-1986*. Universidade de Lisboa. Retrieved from <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3372>.
- Castaño, D. (2018). *Eanes e a democracia*. (1ª Ed.). Lisboa: Objectiva.

- Castaño, D. (2016). To the barracks: The President, the military and democratic consolidation in Portugal (1976–1980). *European Review of History*, 24(1), pp. 1–16. <https://doi.org/10.1080/13507486.2016.1155541>.
- Cruz, M.B. (2017). *O sistema político português*. Lisboa: FFMS.
- Frain, M. (1998). *PPD/PSD e a consolidação do regime democrático*. (1ª Ed.). Lisboa: Notícias.
- Graham, S. & Sandmel, K. (2011). The Process Writing Approach: A Meta-analysis, *The Journal of Educational Research*, 104:6, 396-407, DOI: 10.1080/00220671.2010.488703.
- Huntington, S. (1993). *The third wave: Democratization in the late twentieth century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press.
- Lobo, M.C., Pinto, A.P., & Magalhães, P. C. (2016). Portuguese Democratization 40 Years on: Its Meaning and Enduring Legacies. *South European Society and Politics*, 21(2), pp. 163–180. <https://doi.org/10.1080/13608746.2016.1153490>.
- Maxwell, K. (1999). *A construção da democracia em Portugal*. (1ª Ed.). Lisboa: Presença.
- Quidnovi (Eds.) (2009). *António Ramalho Eanes*. Lisboa: 2 faces.
- Pereira, J. P. (Eds.) (2014). *O nascimento de uma democracia 1974-1976*. Lisboa: Assembleia da República – divisão de edições.
- Pinto, M. V. (2014). *O general Ramalho Eanes e a história recente de Portugal*. (1ª Ed.). Lisboa: Âncora e DG Edições.
- Ramos, R. (2017). *Eanes, o Presidente do 25 de Novembro – Observador*. Retrieved December 7, 2018, from <https://observador.pt/especiais/eanes-o-presidente-do-25-de-novembro>.
- Santo, P. E. (2006). *A mensagem política na campanha das eleições presidenciais: análise de conteúdo dos slogans entre 1976 e 2006*. Retrieved from

[http://comunicacaoecultura.com.pt/wpcontent/uploads/2010/07/02_04_Paula_
do_Espirito_Santo.pdf](http://comunicacaoecultura.com.pt/wpcontent/uploads/2010/07/02_04_Paula_do_Espirito_Santo.pdf).

Santos, B. S., Cruzeiro, M. M. e Coimbra, M. N. (1997). *O pulsar da revolução cronologia da revolução de 25 de abril (1973-1976)*. Coimbra: Afrontamento e Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.